

Sindicalização no Brasil tem o menor registro desde 2012

Sindicalização no Brasil tem o menor registro desde 2012

São 8,4 milhões de filiados no País; reforma trabalhista é apontada como causa; maior queda ocorre entre pessoas com nível superior

NILTON VALENTIM
niltonvalentim@ogabc.com.br

A sindicalização perde força no Brasil. É isso o que mostra o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por meio da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua. Em 2023, 8,4% dos 100,7 milhões de ocupados eram associados a algum sindicato, o equivalente a 8,4 milhões de pessoas. Este número representa uma queda de 7,8%, ou de 713 mil indivíduos, em relação ao ano anterior, quando havia 9,1 milhões de sindicalizados (9,2% do total), e chegou novamente ao menor patamar da série histórica, iniciada em 2012 (16,1%).

"Entre 2012 e 2023, o per-

centual das pessoas associadas a sindicato dentro da população ocupada passou de 16,1% para 8,4%, uma queda de quase oito pontos percentuais. Ao mesmo tempo, o nível de ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 14 anos ou mais) caiu até 2017, no período em que o Brasil passou por uma crise econômica. A partir daí, o nível da ocupação voltou a se recuperar, mas a queda no percentual de sindicalizados se intensificou", diz o analista da Pnad Contínua William Kratochwill.

Para os pesquisadores, um dos fatores que podem ter acelerado essa queda ao longo dos anos foi a implementação da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que tornou fa-

cultativa a contribuição sindical. Outro ponto seria a própria forma de inserção no mercado de trabalho.

"Nos últimos anos, há cada vez mais trabalhadores inseridos na ocupação de forma independente, seja na informalidade ou até mesmo por meio de contratos flexíveis, intensificados pela reforma trabalhista de 2017. Além disso, atividades que tradicionalmente registram maior cobertura sindical, como a indústria, vêm retraindo sua participação total no conjunto de trabalhadores e, portanto, no contingente de sindicalizados", analisa a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy. A reforma foi citada pelo



DEBANDADA. Retornada do emprego, após crise econômica, não significou adesão aos sindicatos

presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges, em entrevista concedida ao Diário no mês passado. "O movimento sindical sofreu muito na reforma trabalhista, tentaram quebrá-lo. E a grande maioria dos sindicatos no Brasil está quebrada. Com isso, nós temos que rever a maneira como é formada a estrutura sindical", afirmou.

A pesquisa também investigou o nível de instrução dos trabalhadores sindicalizados. Do universo de 8,4 milhões de associados a sindicato,

37,3%, ou 3,1 milhões, concluíram o ensino superior e 36,1% (3 milhões) tinham ao menos concluído o ensino médio. A maior taxa de sindicalização era dos ocupados com superior completo (13,5%) e a menor, dos que tinham ensino fundamental completo e médio incompleto (5,4%).

Houve queda em todos os níveis de instrução na comparação com 2022. A maiores retrações foram registradas entre os trabalhadores que tinham superior completo (de 14,5% para 13,5%) e os sem

instrução ou com fundamental incompleto (de 8,3% para 7,3%). Quando comparada ao início da série histórica, em 2012 (28,3%), a taxa de sindicalização no primeiro grupo caiu 14,8 pontos percentuais, a maior retração entre os grupos analisados.

"Essa queda significativa de pessoas sindicalizadas com nível superior mostra um descompasso com o avanço significativo do nível de instrução dos trabalhadores, que não é acompanhado pela expansão da associação a sindicato", explica Beringuy.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** 5